

A. I. N° - 207106.0010/06-1
AUTUADO - CARROCERIA SANTIAGO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - CHARLES BELINE CHAGAS OLIVEIRA
ORIGEM - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA
INTERNET - 19/09/06

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0251-03/06

EMENTA: ICMS. DMA- DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. FALTA DE APRESENTAÇÃO. MULTA. Comprovado nos autos que o contribuinte encontrava-se com a inscrição cadastral cancelada, o que impossibilitou a entrega espontânea das DMA no momento em que solicitou baixa da sua inscrição. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 04/05/06, aplica multas pela falta de apresentação de DMA referente aos exercícios de 2001, 2002, 2003 e 2004, totalizando valor de R\$1.780,00. Consta, na descrição dos fatos, que a irregularidade foi apurada em decorrência de fiscalização no Processo de Baixa de nº 245585/2004-0.

O sujeito passivo, na defesa apresentada às fls. 20 e 21 dos autos, diz que em que pese a indiscutível capacidade profissional do autuante, houve um equívoco na lavratura do Auto de Infração, tendo em vista que a empresa está cancelada no cadastro de contribuintes do ICMS há mais de cinco anos e por esse motivo, o sistema de processamento de dados da Secretaria da Fazenda não recepciona a DMA, a menos que seja solicitada pela fiscalização quando da conclusão da baixa fiscal.

Afirma que já estava cancelada na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) e na Receita Federal desde 20/01/92, conforme documentos que junta ao processo. Pede que sejam acolhidos os argumentos defensivos e que a autuação seja julgada improcedente.

O autuante, na sua informação fiscal (fls. 26 e 27), inicialmente tece comentários sobre os argumentos defensivos e diz que não há o que contestar. Explica que não tendo o impugnante exercido atividades no período em que sua inscrição esteve cancelada, ao solicitar baixa da mencionada inscrição ficou impossibilitada de entregar as DMAs. Esclarece que o Programa de Gerenciamento do Cadastro de Contribuintes (INC) não permite o deferimento imediato do pedido de baixa de empresas que se encontram na situação de canceladas e que o Sistema de Emissão de Auto de Infração (SEAI), também, não permite a notificação fiscal pela falta de entrega de DMA.

Conclui acatando a improcedência da Autuação.

VOTO

O Auto de Infração trata da aplicação de multas por falta de entregas de DMAs.

Pela análise dos documentos juntados ao processo, verifico que o contribuinte encerrou as suas atividades desde 1992 e teve sua inscrição cancelada.

Verifico que conforme consulta ao banco de dados da Secretaria da Fazenda (INC), o histórico da situação cadastral do contribuinte era de “inapto” desde 13/01/94, passando a condição de “suspensão – proc. Baixa/inapto” a partir de 30/12/04.

Concluo que, ao solicitar baixa de sua inscrição, estando na situação cadastral na condição de inapto, ficou impossibilitado de fazer a entrega das DMAs por meio eletrônico, fato admitido pelo autuante. Assim sendo, não pode prosperar a multa aplicada ao contribuinte, haja vista que, nesta situação específica, foi a Administração Tributária que impediu a recepção das DMAs, o que culminou no descumprimento da obrigação acessória por parte do contribuinte.

Pelo exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração n.º **207106.0010/06-1**, lavrado contra **CARROCERIA SANTIAGO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de julho de 2006.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

OLAVO JOSÉ GOUVEA OLIVA - JULGADOR